

# ADITIVO CONTRATUAL

AUTO POSTO TRANSYARA LTDA

CNPJ 74.090.812/0001-01

CURITIBA | 19.08.2024

Tributo Justo

Resolvem as PARTES, de um lado, **AUTO POSTO TRANSYARA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 74.090.812/0001-01, sediada à Av. Ministro Cirne Lima, nº 2265, Bairro Jardim Coopagro, Município de Toledo-PR, CEP 85.903-590, doravante denominada **CONTRATANTE**; de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 51.979.018/0001-18, **TRIBUTO JUSTO - TJ SERVICES LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 53.657.944/0001-00 e **WHP - CONSULTORIA TRIBUTARIA E EMPRESARIAL LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 30.317.269/0001-67, todas com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, doravante denominadas **CONTRATADAS**, em conjunto denominadas **PARTES**, de comum acordo, firmar o presente **"ADITIVO AO CONTRATO DE INSS PATRONAL"**, doravante denominado **ADITIVO**, o qual é regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. O presente ADITIVO tem por objeto alterar o "Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Tributária – INSS PATRONAL", firmado entre as partes em 01/10/2020, a fim de:

1.1. Ampliar a extensão dos serviços descritos na **"CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO"**, a qual passará a vigor nos seguintes termos:

#### **"CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. *Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos e especializados de consultoria e assessoria tributária, administrativa e judicial, consistentes em:*

**Item 1** – *Análise, levantamento de dados e solicitação de documentos para apuração, e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto à Receita Federal do Brasil - RFB, referente ao INSS a título de "Contribuição Previdenciária Patronal – contribuições para terceiros", visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:*

**a) Categoria A** – *auxílio-educação; salário família; salário maternidade; aviso prévio indenizado; 15 primeiros dias auxílio-doença/acidente. "RAT – Risco Ambiental de Trabalho" (RAT + FAT) com a "redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999", com vigência a partir de "janeiro de 2008".*



**b) Categoria B** – vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico, e farmácia.

**c) Categoria C** – gratificações; adicional de insalubridade; DSR, 13º indenizado, IRRF e INSS.

**d) Categoria D** – Outras entidades - Contribuições parafiscais (Sistema S, Incra, Salário Educação etc.).

**Item 2** – Orientação para a associação da **CONTRATANTE** à Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos – ANCT; habilitação do crédito apurado (Categoria D) pelas **CONTRATADAS**; e apresentação de requerimentos para a habilitação do respectivo crédito.

**Item 3** – Interposição de medidas administrativas e judiciais, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

**2.2.** Após o envio da documentação e acessos supramencionados, as **CONTRATADAS** apresentarão à **CONTRATANTE** os valores e natureza das verbas passíveis de recuperação. Após a autorização da **CONTRATANTE**, as **CONTRATADAS** poderão efetivar as providências para darem seguimento aos pedidos de compensação e/ou habilitação."

**1.2.** Alterar a "**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO**", a qual passará a vigor nos seguintes termos:

**"CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1.** Em contraprestação aos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará às **CONTRATADAS** o valor equivalente a 10% (dez por cento) líquidos incidentes sobre: (i) o total dos benefícios recuperados, decorrente dos últimos cinco anos, que serão auferidos pela **CONTRATANTE**, por meio das compensações de créditos tributários com débitos previdenciários vincendos e vencidos efetuados administrativamente (Categorias A, B e C da Cláusula Segunda); e (ii) sobre o crédito a ser habilitado, judicialmente ou administrativamente (Categoria D da Cláusula Segunda).





**17.2.** *Declaram expressamente as PARTES que todas as suas atividades relacionadas a este CONTRATO serão pautadas pelo princípio da boa-fé objetiva, conforme estabelecido no Código Civil Brasileiro, artigo 422*

**17.3.** *Este CONTRATO constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil, podendo ser utilizado para promover a execução de obrigações, sobretudo em caso de inadimplemento do pagamento e rescisão unilateral do contrato.*

**17.4.** *Em caso de controvérsias decorrentes deste CONTRATO, as PARTES comprometem-se a buscar, prioritariamente, a resolução amigável, através de negociações de boa-fé.*

**17.5.** *Alterações ou modificações a este CONTRATO somente terão validade se realizadas por escrito, mediante termo aditivo, a ser assinado por ambas as PARTES.*

**17.6.** *Este CONTRATO constitui a expressão completa e integral do acordo entre as PARTES, substituindo todos os entendimentos anteriores, verbais ou escritos.*

**1.8.** Ratificar as Modificar a numeração da "**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**" para "**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**", mantendo-se o cerne do objeto pactuado.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1.** As partes declaram que tiveram a oportunidade de examinar previamente o conteúdo deste ADITIVO, e afirmam estar bem esclarecidas quanto ao seu objeto.

**2.2.** O presente ADITIVO promove as alterações supratranscritas, ratificando-se pela **CONTRATANTE** e **CONTRATADAS** o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Tributária, suas cláusulas e condições não conflitantes.

**2.3.** Este documento poderá ser assinado eletronicamente mediante utilização (i) de processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP-Brasil e produzirá todos os seus efeitos com relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ou (ii) de qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica (tais como mediante utilização dos aplicativos Docusign ou Adobesign), inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, o qual é admitido pelos signatários como válido, conforme parágrafo 2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



administrativa perante a receita federal, acaso não haja homologação da compensação, quando do trânsito em julgado da decisão judicial definitiva, procederem com a devolução dos honorários recebidos referentes tão somente aos créditos refutados que foram objeto da recuperação realizada.

**5.1.5.** Manterem a **CONTRATANTE** informada sobre todas as respostas, defesas, recursos e ações propostas, comunicando-a da linha de defesa adotada e dos andamentos relevantes dos processos administrativos e judiciais.

**5.2.** A **CONTRATANTE**, além das obrigações legais e contratuais já previstas, se compromete a:

**5.2.1.** Responsabilizar-se pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos supracitados.

**5.2.2.** Responsabilizar-se pelos custos e procedimentos exigidos pela Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos – ANCT para a atinente associação.

**5.2.3.** Responsabilizar-se integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes se os créditos forem aproveitados fora dos padrões e orientações das **CONTRATADAS** ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido.

Responsabilizar-se integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes se os créditos forem aproveitados fora dos padrões e orientações das **CONTRATADAS** ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e qualidade do trabalho desenvolvido.

**5.2.4.** Obrigar-se, após a autorização dos trabalhos, a realizar as demais compensações dos créditos objetos do CONTRATO EXCLUSIVAMENTE com as **CONTRATADAS** até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, ao reconhecimento erga omnes o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.



**14.1.** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou por infringência de cláusulas pactuadas, especialmente em caso de inadimplemento das contraprestações ajustadas na Cláusula Segunda, fica estipulada a multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do crédito correspondente ao benefício econômico projetado até a data do descumprimento."

**1.6.** Incluir a "**CLÁUSULA DE CONFIDENCIALIDADE MÚTUA**, nos seguintes termos:

**"CLÁUSULA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE MÚTUA**

**15.1.** Para os fins deste CONTRATO, "informações confidenciais" significa qualquer informação, técnica, comercial, financeira, estratégica ou outra informação de natureza confidencial divulgada por uma parte ("Parte Divulgadora") à outra parte ("Parte Receptora") durante a vigência deste contrato, seja oralmente, por escrito, eletronicamente ou por qualquer outro meio, e que seja identificada como confidencial ou que, dadas as circunstâncias, uma pessoa razoável entenderia ser confidencial.

**15.2.** Além das obrigações supra individualizadas na **CLÁUSULA QUINTA**, em prol da confidencialidade mútua, as partes:

- a)** Deverão manter todas as informações confidenciais em estrita confidencialidade e não divulgar tais informações a terceiros sem o consentimento prévio por escrito da Parte Divulgadora, exceto conforme necessário para a execução deste CONTRATO.
- b)** Utilizar as informações confidenciais apenas para os fins estabelecidos neste contrato e não para qualquer outro propósito sem o consentimento prévio por escrito da Parte Divulgadora;
- c)** Implementar medidas adequadas para proteger as Informações Confidenciais contra divulgação não autorizada ou uso indevido, pelo menos com o mesmo grau de cuidado que emprega para proteger suas próprias informações confidenciais de natureza semelhante; e
- d)** Deverão instruir os seus profissionais a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos em decorrência do objeto deste CONTRATO.

**15.3.** As obrigações de confidencialidade não se aplicam às informações que:

- a)** Já são de conhecimento público no momento da divulgação ou se tornam públicas sem violação deste CONTRATO;



**5.2.5.** Enviar para as **CONTRATADAS** eventual pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) ou Poder Judiciário, informando, ainda, qualquer contato (seja ele telefônico, por e-mail, carta, atendimento presencial, entre outros) da Receita Federal/Auditor/ e/ou Órgãos do Poder Judiciário, para que estas realizem a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

**5.2.6.** Informar qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto daqueles a serem recuperados pelas **CONTRATADAS**, bem como declara que, até a data da pactuação do CONTRATO e aditivo, não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato junto à outra assessoria

**5.2.7.** Comprometer-se a não ingressar com processo judicial ou administrativo para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação nos termos do objeto descrito na Cláusula Segunda.

**5.2.8.** Comprometer-se a não realizar o pagamento das guias a serem compensadas e, acaso efetue o pagamento no período da utilização de créditos, sem a antecipada comunicação às **CONTRATADAS**, pagar-lhes a título de honorários, o valor adicional de R\$500,00 (quinhentos reais), para a respectiva retificação das guias.

**5.2.9.** Declarar a ciência acerca das verbas de níveis A, B, C e D previstas na Cláusula Segunda, as quais possuem entendimentos dissonantes em tribunais e/ou conselhos fiscais/administrativos, de modo que, acaso haja questionamentos, processos ou glosas por parte da Receita Federal, relativos ao objeto do CONTRATO, a **CONTRATANTE** contará com a assessoria jurídica, contábil, administrativa e judicial das **CONTRATADAS**, no que toca à defesa administrativa ou judicial sem a responsabilização destas pelas ulteriores decisões, judiciais e/ou administrativas.

**5.2.10.** Autorizar as **CONTRATADAS**, em caso de existência de crédito maior que o débito mensal, a realizar compensação cruzada em outros tributos federais como CSLL, IRPJ, IPI e PIS/COFINS.

**5.2.11.** Pagar, em caso de descumprimento do item 5.2.3, os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados, por ventura não compensados, a ser acrescido de juros mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV), além de sujeitar-se à negativação, protesto, execução imediata.



*b) São recebidas de terceiros sem restrição de confidencialidade; e*

*c) Devem ser divulgadas de acordo com uma ordem judicial ou requisito legal, desde que a Parte Receptora notifique imediatamente a Parte Divulgadora sobre tal exigência antes da divulgação e coopere com a Parte Divulgadora para obter uma ordem de proteção ou outra solução apropriada."*

**1.6.** Incluir a "**CLÁUSULA DE CONFIDENCIALIDADE MÚTUA, DE TRATAMENTO DE DADOS**", estabelecida nos seguintes termos:

**"CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1.** *As PARTES se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).*

**16.2.** *As **CONTRATADAS** se obrigam ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiverem acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.*

**16.3.** *Encerrada a vigência do contrato, as **CONTRATADAS** interromperão o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela **CONTRATANTE** e, em no máximo trinta dias, eliminarão os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando tenham que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal."*

**1.7.** Incluir a "**CLÁUSULA DE DISPOSIÇÕES GERAIS**", regida nos seguintes termos:

**"CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** *As PARTES declaram que tiveram a oportunidade de examinar previamente o conteúdo deste CONTRATO, e afirmam estar bem esclarecidas quanto ao seu objeto.*





**3.5.** *Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, as **CONTRATADAS** poderão suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial até a regularização por parte da **CONTRATANTE**, eximindo-as inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou considerar rescindido o presente contrato, devendo, contudo, cumprir com as formalidades previstas no item 10.2 do presente instrumento.*

**3.6.** *Na hipótese de a **CONTRATANTE** requisitar a apresentação do memorial de cálculo discriminado às **CONTRATADAS** antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se então que será antecipado integralmente os honorários avençados às **CONTRATADAS**. A disponibilização do cálculo mensal pormenorizado fica condicionado ao pagamento da diferença referente a parte honorários pactuados conforme a cláusula 3.1, considerando os meses compensados."*

**1.3.** Ratificar as obrigações das partes e editar a "**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**", a qual passará a vigor nos seguintes termos:

**"CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

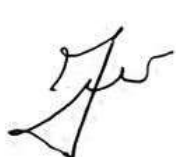
**5.1.** *As **CONTRATADAS**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, comprometem-se a:*

**5.1.1.** *Prestarem seus serviços profissionais à **CONTRATANTE** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis;*

**5.1.2.** *Responsabilizarem-se pela apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a "RFB - Receita Federal do Brasil, referente ao INSS" a título de "Contribuição Previdenciária Patronal, bem como por todo o procedimento operacional necessário para a recuperação dos créditos apurados;*

**5.1.3.** *Sanarem quaisquer dúvidas e questionamentos, bem como, atuarem em fiscalizações, autos de infração, execuções fiscais e demandas judiciais relacionados ao objeto deste instrumento, sem limitação de prazo, haja vista a responsabilidade sobre as compensações transmitidas, em atenção também ao estabelecido na Cláusula 4.1.*

**5.1.4.** *Se responsabilizarem, após a análise das PER/DCOMPs mensais pela receita federal, pela realização do procedimento de compensação*



**5.2.12.** Assumir, aaso ocorra o descrito no item 5.2.4, todas as respostas, defesas e recursos cabíveis, em fiscalização, auto de infração, execução fiscal e demanda judicial relacionado aos procedimentos por ela realizados.

**5.3.** As PARTES estabelecem que as CONTRATADAS não serão responsáveis e/ou responsabilizadas acaso a CONTRATANTE incorra em alguma das hipóteses dos itens 5.2.2 e 5.2.4.

**1.4.** Incluir a "**CLÁUSULA DE COMUNICAÇÃO**", nos seguintes termos:

**"CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNIÇÃO VIA E-MAIL**

**13.1.** A comunicação entre as PARTES ocorrerá preponderantemente por e-mail, indicando-se, desde já, os seguintes endereços:

**a)** CONTRATANTE: cleber@grupotamburi.com.br

**b)** CONTRATADAS: sabrina.silva@tributojusto.com.br

**13.2.** As comunicações por e-mail serão consideradas recebidas no dia útil seguinte ao envio, a menos que a parte remetente receba uma notificação de falha na entrega.

**13.3.** As PARTES devem notificar-se mutuamente, por escrito, sobre qualquer alteração nos endereços de e-mail designados para comunicação.

**13.4.** Qualquer comunicação extraordinária deve ser enviada por e-mail e confirmada por escrito, pela via postal (CORREIOS AR-MP).

**13.5.** As PARTES devem manter a confidencialidade de todas as comunicações recebidas por e-mail, independentemente da marcada destacada de confidenciais.

**13.6.** As PARTES declaram expressamente responsabilizar-se, individualmente, pelo endereço e e-mail indicado por cada qual, inclusive quanto a titularidade condicionada de terceiro funcionário e/ou representante de qualquer natureza, acessibilidade, confidencialidade e proteção de dados."

**1.5.** Incluir a "**CLÁUSULA DE PENALIDADES**", ajustada nos seguintes termos:

**"CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**



a) O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 3.1 "i", calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pela **CONTRATANTE**, por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF, e detalhamento das compensações enviadas no mês, em formato de memorial de cálculo, com os números de transmissão das PERDCOMPs, valores, verbas indenizatórias/remuneratórias, débitos e créditos, etc.

b) O pagamento deverá ser efetuado em parcela única do percentual acordado no caput da cláusula 3.1 "ii", calculada conforme o valor do crédito auferido pela **CONTRATANTE**, judicialmente ou administrativamente.

c) O pagamento dos honorários será calculado considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre os valores do crédito efetivamente recuperado pela **CONTRATANTE**. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC, mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

**3.2.** Em se tratando de INSS PATRONAL, os pagamentos dos honorários serão efetuados na mesma data do pagamento da DARF - Documento de Arrecadação de Tributos Federais (INSS), sendo enviado à **CONTRATANTE** o boleto de pagamento após a compensação de cada mês observando a data limite, como o de vencimento do imposto/tributo devido, no percentual estabelecido na cláusula 3.1 sobre o valor total do benefício recuperado no mês, sendo que quaisquer custos adicionais relacionados a prestação de serviço (taxas, fretes, seguros, locomoção, etc.) serão arcados exclusivamente pelas **CONTRATADAS**.

**3.3.** O pagamento dos honorários de "outras entidades - contribuições parafiscais" (Categoria D) será efetuado pela **CONTRATANTE** na mesma data do creditamento pela RFB e/ou Poder Judiciário, sendo-lhe enviado pelas **CONTRATADAS** o boleto de pagamento nos mesmos moldes descritos no item 3.2 supra.

**3.4.** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).



### **CLÁUSULA TERCEIRA – FORO**

**3.** As partes elegem o foro Central da Comarca da Região de Curitiba/PR para o fim de dirimir qualquer insurgência oriunda do presente ADITIVO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente ADITIVO, constituído por 12 (doze) laudas, assinado pelas partes e por (2) duas testemunhas.

Curitiba, 20 de agosto de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**AUTO POSTO TRANSYARA LTDA**  
CNPJ nº 74.090.812/0001-01

\_\_\_\_\_  
**TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA LTDA**  
CNPJ nº 51.979.018/0001-18

\_\_\_\_\_  
**TRIBUTO JUSTO - TJ SERVICES LTDA**  
CNPJ nº 53.657.944/0001-00

\_\_\_\_\_  
**WHP - CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL LTDA**  
CNPJ nº 30.317.269/0001-67

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
Testemunha 01

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:  
Testemunha 02